

# Diário do Legislativo de 13/05/1998

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## LIDERANÇAS

### 1) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL TRABALHISTA (PSDB, PTB e PDT)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Aílton Vilela, Álvaro Antônio, João Batista de Oliveira, Mauro Lobo e Olinto Godinho

### 2) LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA (PPB, PSD e PSN):

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

### 3) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PMDB e PT)

Líder: Anderson Aداuto

Vice-Líderes: Antônio Roberto, Maria José Haueisen e Paulo Pettersen

### 4) LIDERANÇA DO BLOCO LIBERAL (PFL e PL)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Rêmolo Aloise e Ronaldo Vasconcellos

### 5) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta, Tarcísio Henriques e Wanderley Ávila

### 6) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líderes: Djalma Diniz e Jorge Hannas

### 7) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Júlio

Vice-Líderes: Antônio Andrade e Arnaldo Canarinho

### 8) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

9) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Gilmar Machado

Vice-Líder: Durval Ângelo

10) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Alencar da Silveira Júnior e Bené Guedes

11) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

12) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Miguel Barbosa

Vice-Líder: Dinis Pinheiro

13) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Ronaldo Vasconcellos

14) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

15) LIDERANÇA DO PSN:

Líder: Miguel Martini

16) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio, José Braga e Sebastião Costa

17) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Ajalmar Silva

18) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças PFL Presidente

Deputado Ajalmar Silva PSDB Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado Sebastião Helvécio PPB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

SUPLENTE:

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado João Leite PSDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado José Braga PDT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9 horas

EFETIVOS:

Deputado José Henrique PMDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado José Militão PSDB

Deputado José Braga PDT

SUPLENTE:

Deputado Toninho Zeitune PMDB

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Ajalmar Silva PSDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Ivair Nogueira PDT

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 11 horas

EFETIVOS:

Deputado Hely Tarquínio PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Antônio Genaro PPB

Deputado Marcos Helênio PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

SUPLENTE:

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado José Braga PDT

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado Geraldo Nascimento PT Presidente

Deputado José Militão PSDB Vice-Presidente

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Leite PSDB

##### SUPLENTE:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Ermano Batista PSDB

#### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PDT Vice-Presidente

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado João Batista de Oliveira PDT

##### SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ibrahim Jacob PDT

Deputado Agostinho Patrus PSDB

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Bené Guedes PDT

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

##### EFETIVOS:

Deputado José Maria Barros PSDB Presidente

Deputado José Henrique PMDB Vice-Presidente

Deputado Gilmar Machado PT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

#### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Kemil Kumaira PSDB Presidente

Deputado Sebastião Helvécio PPB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado José Braga PDT

Deputado Durval Ângelo PT

SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

Deputado Péricles Ferreira PSDB

Deputado Anderson Aduino PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Gilmar Machado PT

#### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Irani Barbosa PSD Presidente

Deputado Ronaldo Vasconcelos PL Vice-Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

SUPLENTE:

Deputado Miguel Barbosa PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Luiz Fernando Faria PPB Vice-Presidente

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputada Maria José Haueisen PT

SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Alberto Pinto Coelho PPB

Deputado José Maria Barros PSDB

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PPB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Arnaldo Penna PSDB

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Wilson Trópia PFL

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Jorge Hannas PFL

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Jorge Hannas PFL

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Ronaldo Vasconcellos PL

Deputado Leonídio Bouças PFL

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Olinto Godinho PTB Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB Vice-Presidente

Deputado Wilson Trópia PFL

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Anivaldo Coelho PT

SUPLENTE:

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Wanderley Ávila PSDB

Deputado Wilson Pires PFL

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Marcos Helênio PT

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arnaldo Canarinho PMDB Vice-Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Aílton Vilela PSDB

Deputado Paulo Schettino PTB

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Anderson Adauto PMDB

Deputado Djalma Diniz PFL

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

## COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

### EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira PPB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Raul Lima Neto PDT

Deputado Tarcísio Henriques PSDB

### SUPLENTE:

Deputado Dimas Rodrigues PPB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado José Maria Barros PSDB

### SUMÁRIO

#### 1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - Reuniões de Comissões

#### 2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

#### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

#### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

#### 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

## 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 11/5/98

Sumário: Comparecimento - Falta de "quorum" - Ordem do Dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Ailton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Marco Régis - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Wilson Pires.

#### Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Marco Régis) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a especial de amanhã, dia 12, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.).

#### ATA DA 87ª REUNIÃO Ordinária da comissão de defesa do consumidor

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de maio de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Nascimento, José Militão, Ambrósio Pinto e João Leite, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Nascimento, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Militão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a obter informações sobre o envio do Documento Único de Trânsito - DUT - aos proprietários de automóveis. Passa-se à discussão e à votação do Parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.515/97. O Presidente indaga ao relator, Deputado João Leite, se está em condições de emitir parecer. Este responde afirmativamente e procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Nesta oportunidade, o Deputado Geraldo Nascimento faz declaração de voto favorável à aprovação do projeto. O Presidente submete a discussão e votação o parecer, que é aprovado. A seguir, informa aos Deputados que a Comissão deixa de ouvir os convidados por motivo de força maior e comunica que fica adiada a discussão sobre o envio do DUT, a qual ocorrerá na reunião do dia 12/5/98, às 9h30min, com os representantes do DETRAN-MG e do SINCOR-MG. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1998.

Geraldo Nascimento, Presidente - José Militão - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - João Leite.

#### ATA DA 98ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às onze horas do dia seis de maio de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Antônio Júlio, Ermano Batista e Marcos Helênio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Hely Tarquínio, declara abertos os trabalhos, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata da reunião anterior. Atendendo a requerimento aprovado pela Comissão, a Presidência dispensa a sua leitura, considera-a aprovada e solicita aos Deputados que a subscrevam. A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições e designa os respectivos relatores: Projetos de Lei nºs 1.713, 1.723, 1.724, 1.727 e 1.729/98 (Deputado Antônio Genaro); 1.710, 1.716, 1.717, 1.725, 1.726 e 1.728/98 (Deputado Antônio Júlio); 1.733/98 (Deputado Ermano Batista); 1.715, 1.718, 1.719 e 1.731/98 (Deputado João Batista de Oliveira); 1.714, 1.720 a 1.722 e 1.732/98 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência determina a retirada de pauta dos Projetos de Lei nºs 1.551/97 e 1.665/98, para os fins do art. 140 do Regimento Interno. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.621 e 1.667/98, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.622 e 1.669/98 (relator: redistribuídos ao Deputado Sebastião Costa); 1.631/98 (relator: Deputado Ermano Batista). O Projeto de Lei nº 1.663/98, que teve seu despacho reformado pelo Presidente da Assembléia e foi transformado no Projeto de Lei Complementar nº 33/98, recebeu do relator, Deputado Marcos Helênio, parecer concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, o qual foi aprovado. O Projeto de Lei nº 1.585/97 recebeu do relator, Deputado Marcos Helênio, parecer concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, o qual foi rejeitado, e, nos termos regimentais, foi designado novo relator da matéria o Deputado Antônio Júlio. Os Projetos de Lei nºs 1.590/97 (relator: Deputado Tarcísio Henriques) e 1.642/98 (relator: Deputado Antônio Júlio) receberam pareceres concluindo por sua inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, os quais foram aprovados. Os Projetos de Lei nºs 1.509/97 e 1.698/98, que receberam pareceres concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, e o Projeto de Lei nº 1.654/98, que recebeu parecer concluindo por sua inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, tiveram sua discussão adiada em virtude de pedidos de vista deferidos pela Presidência. Os Projetos de Lei nºs 1.517 e 1.570/97 e 1.596, 1.640 e 1.697/98 tiveram sua apreciação adiada em virtude de pedidos de prazo dos relatores deferidos pela Presidência. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 1.629 e 1.678/98, este com a Emenda nº 1; 1.679 e 1.689/98 (relator: Deputado Marcos Helênio) e 1.679, 1.681 e 1.683/98 (relator: Deputado Antônio Júlio). Nos termos regimentais, a Presidência determina o envio dos Projetos de Lei nºs 1.590/97 e 1.642/98 ao Plenário, para inclusão dos pareceres em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 7, às 14h30min, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.509/97 e 1.654 e 1.698/98, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 1998.

**Hely Tarquínio, Presidente - Marcos Helênio - Antônio Júlio - Sebastião Costa - Ermano Batista.**

#### MATÉRIA VOTADA

Matéria Votada na 371ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 12/5/98

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.123/97, do Deputado Sebastião Costa, com a Emenda nº 1; 1.350/97, do Deputado Mauri Torres; 1.398/97, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário do Estado de Minas Gerais, na forma do Substitutivo nº 1; 1.459/97, do Deputado Paulo Piau, na forma do Substitutivo nº 1.

**Em 2º turno: Projeto de Lei nº 1.239/97, do Deputado José Militão, na forma do vencido em 1º turno.**

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.642/98, do Deputado Tarcísio Henriques, que altera a Lei nº 12.622, de 25/9/97, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. O parecer conclui pela constitucionalidade do projeto.

Requerimento nº 2.475/98, do Deputado Anderson Aduato, em que solicita ao Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial o detalhamento dos projetos executados entre janeiro de 1995 e dezembro de 1997, que representam mais de US\$4.000.000.000,00 e que geraram 48.500 empregos, de acordo com nota divulgada pelo mencionado Instituto. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao § 11 do art. 39 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre as licitações e os contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a reverter imóvel de sua propriedade ao Município de Miradouro. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.469/97, do Deputado Pérciles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de administrador público no Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 201/95, da ex-Deputada Elbe Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Palma imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, foi rejeitado pelo Plenário. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 2, da Comissão de Educação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.046/96, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a COPASA-MG e a CEMIG a celebrarem convênios com entidades de natureza filantrópica, com o objetivo de melhorar o atendimento das populações carentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Agropecuária, com a Emenda nº 2, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Defesa do Consumidor opinam por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que modifica o art. 8º da Lei nº 11.397, de 6/1/94, que dispõe sobre o Fundo para a Infância e a Adolescência e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde opinou pela sua aprovação com a Subemenda nº 1, de sua autoria, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresentou. A Comissão de Direitos Humanos opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, ficando prejudicadas a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, a Subemenda nº 1, da Comissão de Saúde, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 2, da Comissão de Saúde. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão do Trabalho, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e o Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.301/97, do Deputado Geraldo Rezende, que cria o Programa Estadual de Financiamento ao Educando. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, e com as Emendas nºs 3 a 5, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.473/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre a quitação do crédito tributário no caso que especifica e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua rejeição.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 278/95, do Deputado João Leite, que define medidas para combate ao tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que estabelece. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 697/96, da Comissão Especial, que dispõe sobre propaganda e publicidade dos órgãos públicos e das entidades sob controle direto ou indireto do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1, de sua autoria, e da Emenda nº 5, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 3 e 4.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.189/97, do Deputado Bilac Pinto, que acrescenta parágrafo único ao art. 53 da Lei nº 11.404, de 26/1/94. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre educação para o consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.512/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Centralina o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.053/96, da Deputada Maria José Hauseisen, que altera dispositivos da Lei nº 11.745, de 17/1/95. As Comissões de Justiça e de Fiscalização perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário o Deputado Péricles Ferreira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.461/97, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre a emissão de cédula de identificação para menores de 21 anos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/95, do Deputado Raul Lima Neto, que altera a redação do inciso VI e elimina o § 4º do art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, alterada pela Lei Complementar nº 39, de 23/6/95. As Comissões de Justiça, de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer. Designado relator em plenário o Deputado Miguel Martini.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.112/97, do Deputado José Bonifácio, que altera dispositivos da Lei nº 10.561 de 27/12/91. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela sua rejeição. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proibição do uso dos cerrados e dos cerrados secundários do domínio estadual para fins de carvoejamento. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Meio Ambiente perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente, contra a violência, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e 3 e 4, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.595/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.608/98, do Deputado Rêmo Aloise, que define a forma de grafia para nome de município. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a Instalação de garimpos nos rios do território do estado de Minas

gerais e seus efeitos devastadores e corruptores, a realizar-se às 10 horas do dia 13/5/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento dos Srs. Valmir Cláudio da Cruz e Geraldo Antônio da Cunha e do Cel. João Natal Filho, funcionário da Alexandrita Mineração Ltda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 13/5/98

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.585/97, do Deputado Bené Guedes; 1.596/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.733/98, do Governador do Estado.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 9 horas do dia 14/5/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 67ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 14/5/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 14/5/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Srs. Wilmar de Oliveira Filho, Secretário de Estado da Saúde; Breno Henrique Avelar de Pinho Simões, Chefe de Gabinete; Benedito Scaranci, Superintendente de Epidemiologia, os quais prestarão esclarecimentos sobre o plano de trabalho à frente dessa Secretaria, bem como acerca das providências a serem tomadas quanto às epidemias que assolam o Estado.

Ordem do dia da 82ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 14/5/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.632/98, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.204 e 1.322/97, do Deputado Gilmar Machado; 1.609 e 1.650/98, do Governador do Estado; 1.645/98, do Deputado Paulo Piau; 1.427/98, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

## Discussão e votação de proposições da Comissão.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### Edital de Convocação

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 13/5/98, destinadas, a primeira, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29/96, do Deputado Raul Lima Neto, que dá nova redação ao § 11 do art. 39 da Constituição do Estado, 30/96, do Deputado Cleuber Carneiro, que altera o inciso XXXIV do art. 62 e o art. 247 da Constituição do Estado, 34/97, do Governador do Estado, que altera a redação do inciso VIII do art. 10 da Constituição do Estado, e 49/97, do Deputado Ermano Batista, que acrescenta a alínea "e" ao inciso III do art. 36 da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei nºs 201/95, da ex-Deputada Elbe Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Palma imóvel que menciona, 278/95, do Deputado João Leite, que define medidas para combate ao tabagismo no Estado e proíbe o uso do cigarro e similares nos locais que estabelece, 488/95, do Deputado Anderson Aduato, que acrescenta parágrafos ao art. 99 e altera o inciso III do art. 100 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências, 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e dos lagos do domínio estadual e dá outras providências, 697/96, da Comissão Especial, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade dos órgãos públicos e das entidades sob controle direto ou indireto do Estado, 716/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a inscrição em concurso público para o ingresso na administração pública estadual; 809/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que dispõe sobre a gratuidade do ingresso dos aposentados, dos pensionistas e dos maiores de 65 anos em eventos culturais realizados pelo poder público estadual e dá outras providências, 889/96, do Deputado Leonídio Bouças, que suprime dispositivos da Lei nº 12.032, de 22/12/95, 1.046/96, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a COPASA-MG e a CEMIG a celebrarem convênios com entidades de natureza filantrópica com o objetivo de melhorar o atendimento às populações carentes, 1.053/96, da Deputada Maria José Hauelsen, que altera dispositivos da Lei nº 11.745, de 17/1/95, 1.068/96, do Deputado Gil Pereira, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Fruticultura e dá outras providências, 1.112/97, do Deputado José Bonifácio, que altera dispositivos da Lei nº 10.561, de 27/12/91, 1.114/97, do Deputado Raul Lima Neto, que torna obrigatória a existência de instalações sanitárias de uso gratuito para os passageiros em terminais rodoviários e pontos de parada de ônibus intermunicipais, 1.122/97, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Miradouro, 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proibição do uso dos cerrados e dos cerrados secundários do domínio estadual para fins de carvoejamento, 1.189/97, do Deputado Bilac Pinto, que acrescenta parágrafo único ao art. 53 da Lei nº 11.404, de 26/1/94, 1.284/97, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que modifica o art. 8º da Lei nº 11.397, de 6/1/94, que dispõe sobre o Fundo para Infância e Adolescência e dá outras providências, 1.301/97, do Deputado Geraldo Rezende, que cria o Programa Estadual de Financiamento ao Educando, 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio, que determina a inclusão de estudos sobre educação para o consumo no ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências, 1.469/97, do Deputado Péricles Ferreira, que altera a Lei nº 11.658, de 2/12/94, que dispõe sobre a carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências, 1.473/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre a quitação do crédito tributário no caso que especifica e dá outras providências, 1.512/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Centralina imóvel que menciona, 1.543/97, do Deputado Paulo Piau, que altera o art. 1º da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado e dá outras providências, 1.595/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado imóvel que menciona, e 1.608/98, do Deputado Rêmoló Aloise, que define a forma de grafia para nome de município; e do Projeto de Lei Complementar nº 11/95, do Deputado Raul Lima Neto, que altera a redação do inciso VI e elimina o § 4º do art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, alterada pela Lei Complementar nº 39, de 23/6/95; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, à apreciação da matéria constante na primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 665/96, do Deputado Gilmar Machado, que institui o Projeto Saphira, que dispõe sobre a apresentação de artistas ou grupos amadores no Estado, 1.100/97, do Deputado Miguel Martini, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio de adesão ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, 1.461/97, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre a emissão de cédula de identidade para menores de 21 anos, e 1.465/97, do Deputado Wanderley Ávila, que dispõe sobre medidas educativas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 1998.

Romeu Queiroz, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Tarcísio Henriques, Durval Ângelo e João Batista de Oliveira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/98, às 15h15min, no Plenarinho II, com a finalidade de se apreciarem os Requerimentos nºs 2.582 a 2.586/98, da Comissão de Direitos Humanos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1998.

João Leite, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Wilson Trópia, Benê Guedes e Anivaldo Coelho, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/98, quinta-feira, às 10 horas, na Câmara Municipal de Ipatinga, com a finalidade de se debater, em audiência pública, com autoridades do setor da indústria extrativista do Estado, o elevado índice de desemprego nesse setor.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1998.

**Olinto Godinho, Presidente.**

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.624/98

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado José Militão, o Projeto de Lei nº 1.624/98 visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Andaraí, com sede no

Município de Porteirinha.

A matéria foi objeto de exame preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma proposta. Vem agora o projeto a esta Comissão para turno único de deliberação conclusiva, conforme as disposições regimentais.

#### Fundamentação

A entidade mencionada tem como objetivo precípuo incentivar as atividades voltadas para o desenvolvimento da agropecuária. Para isso, promove a compra de insumos, o armazenamento, a industrialização e o comércio da produção dos associados, além de prestar-lhes assistência na área de saúde e propiciar-lhes cultura e recreação.

Dessa forma, julgamos oportuno que ela seja declarada de utilidade pública.

#### Conclusão

Em vista do aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.624/98 em turno único, nos termos em que foi apresentado.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1998.

Maria José Hauelsen, relatora.

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.442/97

#### Comissão de Direitos Humanos

#### Relatório

De autoria do Deputado Marcos Helênio, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público comunicar a requisição de força policial para reintegração de posse, nos casos e nas condições que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2. A proposição vem agora a esta Comissão para receber parecer.

#### Fundamentação

A Polícia Militar adota, muitas vezes, práticas que mantêm e aprofundam o autoritarismo e a discriminação. Prova disso é a violência usada em diversos casos de reintegração de posse, em flagrante desrespeito a direitos e garantias constitucionais.

Para enfrentar esse dramático processo de deterioração na relação entre polícia e cidadão, devem-se criar formas de controle da sociedade sobre o trabalho policial. Aprofundando-se a fiscalização e exigindo-se que os policiais prestem seus serviços dentro de limites legais do estado de direito, a função de garantir segurança pública em sociedades cada vez mais complexas torna-se parte do processo democrático.

O projeto em análise procura suprir a falta de políticas públicas no tocante à demanda por postura policial de anti-violência.

Apesar do seu mérito, o projeto merece reparos de linguagem, visando à inserção do nome da Comissão de Direitos Humanos, sucedânea das Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais e de Defesa Social da Assembléia Legislativa, razão pela qual apresentamos a Emenda nº 3.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.442/97 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 3, a seguir redigida.

#### EMENDA Nº 3

Substituam-se os incisos III e IV do art. 1º pelo seguinte inciso III, renumerando-se os demais:

"Art. 1º - .....

III - à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa."

Sala das Comissões, 6 de maio de 1998.

João Leite, Presidente - Ivair Nogueira, relator - Durval Ângelo.

### Parecer PARA O 1º Turno DO Projeto de Lei Nº 1.480/97

#### Comissão de Defesa do Consumidor

#### Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Geraldo Nascimento, objetiva instituir unidades do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor - PROCON - nos municípios sede das regiões administrativas do Estado.

Examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição. Vem agora o projeto a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, IV, "a", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em apreço, ao viabilizar a implantação de unidades do PROCON nos municípios sede das regiões administrativas do Estado, pretende colocar em prática a política nacional das relações de consumo, instituída pelo Código de Defesa do Consumidor, editado em 1990.

É pública e notória a dificuldade dos cidadãos que residem no interior do Estado de exercer os seus direitos de consumidor, exatamente pelo fato de inexistir um número suficiente de unidades do PROCON nas cidades mineiras. Haja vista que todo o esforço do Ministério Público, por meio da sua Curadoria Especializada na Defesa do Consumidor, resultou apenas na implantação de 90 unidades do PROCON no interior, o que pode ser considerado um número inexpressivo, levando-se em conta que o Estado possui atualmente 853 municípios.

A iniciativa parlamentar visa a suprir essa lacuna, uma vez que facilita a defesa dos interesses do consumidor, com a instalação de, pelo menos, 25 órgãos nos municípios sede das regiões administrativas do Estado.

A proposta é de relevante interesse para todos que se interessam pela defesa do consumidor e poderá resultar em um menor número de ações, notadamente nos Juizados Especiais Cíveis, uma vez que muitos casos que poderiam chegar ao Poder Judiciário deverão ser solucionados na esfera administrativa.

Entendemos, portanto, ser acertada a iniciativa de se instituírem órgãos que possam, pelo menos, promover e divulgar os direitos do consumidor no interior do Estado.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.480/97, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1998.

Geraldo Nascimento, Presidente - Antônio Andrade, relator - João Leite - Ambrósio Pinto.

#### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.405/97

#### Comissão de Administração Pública

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 1.405/97, do Deputado Paulo Piau, dá a denominação de Dr. João Cordeiro à estrada MGT-464, que liga o trevo de Sacramento à MG-428.

Aprovado o projeto no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em cumprimento das disposições do Regimento Interno.

#### Fundamentação

Dr. João Cordeiro destacou-se como um dos principais Prefeitos de Sacramento, deixando sua marca de administrador de forma indelével no perfil da cidade.

Destacou-se, ainda, como professor nas escolas de 1º grau e no curso de magistério, dedicando-se durante 30 anos à profissão, sempre querido pelos alunos e pelos colegas professores.

Construiu, na sua gestão frente à Prefeitura Municipal, diversas obras de cunho social e educacional.

Dessa forma, a denominação proposta representa um ato de consideração a um grande homem e líder político incontestável.

#### Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.405/97 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 12 de maio de 1998.

Ajalmar Silva, relator.

#### Redação do Vencido no 1º Turno

#### PROJETO DE LEI Nº 1.405/97

Dá a denominação de Dr. João Cordeiro à estrada MGT-464, que liga o trevo da cidade de Sacramento à Rodovia MG-428.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Dr. João Cordeiro a estrada MGT-464, que liga o trevo da cidade de Sacramento à Rodovia MG-428.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.**

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA \*

Na data de 11/5/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.090, de 17/12/90, observado o art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 11/5/98, a servidora Elmira Izaura do Prado Soares, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, no exercício da Função Gratificada de Gerente-Geral.

\* - Publicado novamente devido a incorreção verificada na edição de 12/5/98.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 03075 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Vargem Grande Rio Pardo - Vargem Grande Rio Pardo.

Deputado: Dimas Rodrigues.

Convênio Nº 03076 - Valor: R\$24.414,20.

Entidade: Fundacao Educativa Cultural Candides - Divinopolis.

Deputado: Geraldo da Costa Pereira.